



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Modos de fazer política no quilombo: experiências de comunidade nas tensões entre univocalidade, representação e multiplicidade

Autoria: Lúnia Costa Dias (UF)

Esta proposta enseja reflexões em torno dos modos de fazer política da comunidade quilombola de Pinhões (localizada no estado de Minas Gerais ? Brasil) e os constructos da identidade quilombola em seus múltiplos alcances e formas. As bases para o desenvolvimento das reflexões se fazem a partir das angústias advindas dos contrastes e fissuras observados e pautados pelos quilombolas a partir de suas relações com esferas de reconhecimento, principalmente equipamentos do estado brasileiro. A angústia central apresentada se refere, segundo apontaram os próprios quilombolas, a uma certa exigência de coerência e unicidade discursiva e prática de organização política. Tal angústia, que é em si constituinte do processo de construção/afirmação de identidades étnicas, eclodiu, na comunidade quilombola de Pinhões, num forte processo reflexivo sobre as condições operantes de constituição da própria comunidade, saltando aos olhos como uma dimensão claramente operada pela multiplicidade, e que enquanto tal, na relação com o estado (principalmente) necessitaria, até certo ponto, de mecanismos de controle e produção de unicidade/univocalidade. Nestes termos pretendemos trazer para a análise a noção de comunidade como sustentáculo da resistência e da autonomia em relação a mecanismos estruturantes de dominação operados na chave da produção de homogeneidade, univocalidade e representação, tensionando distintos modos de agência e prática política. Problematisando, assim, os desafios dos modos de organização política exigidos pelos processos de reconhecimento e da implementação das políticas públicas destinadas às comunidade quilombolas e os desafios postos pelo atual contexto político do estado em suas distintas esferas ? federal, estadual e municipal ? e a produção do conhecimento antropológico junto às comunidades. Almejamos, assim, a partir das reflexões advindas dos works desenvolvidos junto ao Quilombo de Pinhões, permeadas e perpassadas por diferentes angustias, que, digamos nos atravessam de modos e escalas distintos; buscando contribuir, assim, para os objetivos expressos neste Grupo de work.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: